

**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Legislativo
Área Redação Parlamentar**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Importante ser positivo e perseverante nas ações para o alvo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Leis vivas

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, disse Camões num de seus sonetos. Um jurista certamente endossará esse verso: mudam as leis com o tempo, e mudam de acordo com a dinâmica das vontades e das necessidades humanas. Se as sociedades fossem estáveis e se imobilizassem no tempo, os costumes, os valores e as leis que os regessem seriam sempre os mesmos. Mas o dinamismo da história está permanentemente exigindo atualizações, quando não reviravoltas radicais de princípios. Por isso os códigos caminham: para o ajuste permanente entre o que vai mudando nos costumes e o que deve ir mudando nas leis.

Lembremos que as mudanças não ocorrem apenas no correr do tempo; atuam também nas relações entre as pessoas, entre os segmentos e as classes sociais. Assim é que, além de se fazer viva na corrente do tempo, a legislação deve se provar viva também nas cadeias horizontais em que indivíduos e grupos se relacionam. Os efeitos de uma mesma lei podem ser diferentes quando aplicada em condições e sujeitos distintos. Em vista das várias classes sociais e várias culturas de um país, podem acusar-se aqui e ali práticas e consequências diversas na administração dos mesmos direitos.

A atenção dos legisladores para alguma mobilidade essencial dos valores e dos costumes é uma exigência intrínseca à sua função. Cabe-lhes interpretar ao mesmo tempo com prudência e maleabilidade as alterações de paradigmas, para que as leis não percam o passo com o sentido das mudanças – que Camões tão bem expressou – nos regimes do tempo histórico e das vontades humanas.

(MOREYRA, Felipe de Assis, inédito)

1. Um requisito imprescindível para a eficaz elaboração das leis está, conforme se afirma no
 - (A) primeiro parágrafo, na observância do que é permanente no quadro dos valores de uma sociedade.
 - (B) segundo parágrafo, na preservação das diferenças que constituem a heterogeneidade das classes sociais.
 - (C) terceiro parágrafo, o estrito cumprimento dos paradigmas que fixam o perfil de uma sociedade.
 - (D) primeiro parágrafo, na dinâmica que rege as leis em conformidade com a dos costumes e valores sociais
 - (E) segundo parágrafo, no predomínio dos interesses representados nas cadeias horizontais sobre os da corrente do tempo.

2. Ao retomar o citado verso de Camões e admitir seu endosso por um jurista, o autor do texto considera que
 - (A) a mudança das leis ocorre na mesma proporção em que as vontades mudam a natureza mesma do tempo.
 - (B) a mudança das disposições humanas, verificada na mudança dos tempos, faz necessária a mudança das leis.
 - (C) as vontades humanas, intensificadas com o tempo, acabam por consolidar a premente necessidade das leis.
 - (D) a alternância entre os tempos e as vontades imprime às leis a necessidade de uma dinâmica que lhes seja própria.
 - (E) a relevância das leis ocorre na medida mesma em que possam alterar as vontades humanas na dinâmica do tempo.

3. Quanto aos efeitos gerados pela aplicação das leis, considera-se no texto que eles
 - (A) refletem a universalidade dos princípios do legislador, em razão do que não ocorrem distorções na administração delas.
 - (B) atestam por si mesmos, independentemente das condições dessa aplicação, o atendimento básico às necessidades humanas.
 - (C) acusam, eventualmente, as diferentes condições de classe e de cultura em que elas são aplicadas.
 - (D) denunciam, de modo inapelável, os equívocos inerentes à formulação viciosa dos dispositivos legais.
 - (E) constituem consequências naturais de uma legislação cujos princípios éticos não foram devidamente considerados.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *reviravoltas radicais de princípios* (1º parágrafo) = conturbações prementes de critérios.
 - (B) *para que as leis não percam o passo* (3º parágrafo) = a fim de que a legislação mantenha correspondência.
 - (C) *podem acusar-se aqui e ali* (2º parágrafo) = costumam retratar-se alhures.
 - (D) *alguma mobilidade essencial* (3º parágrafo) = certa dinâmica imperscrutável.
 - (E) *além de se fazer viva na corrente do tempo* (2º parágrafo) = não obstante se revivifique com a cadeia temporal.



5. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O verso de Camões, citado no texto, tem um sentido bastante aberto, mas ganhou especificidade ao ser associado à dinâmica própria das leis.
 - (B) Embora se falem dos tempos e das vontades humanas, o verso camoniano inspirou que o autor do texto o aplicasse ao movimento das leis.
 - (C) Tanto quanto costuma ocorrer com o tempo e a vontade dos homens, assim também a vigência das leis está sujeita à uma dinâmica particular.
 - (D) Por vezes um poeta como é o caso de Camões, aproveita-se um verso seu para referendar a verdade de um outro campo do pensamento.
 - (E) Às mudanças que ocorrem no tempo voluntarioso dos homens sobrepõe-se também, proporcionalmente, mudanças quando se trata da legislação.
-
6. Há emprego de voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) O sentido das mudanças que Camões expressou dizem respeito a uma dinâmica implacável a que se submete os eventos naturais e históricos.
 - (B) Se necessárias mudanças deixam de haver na legislação, esta acaba pecando pelo anacronismo e pela ineficácia de seus dispositivos.
 - (C) Sendo exigida dos legisladores a sensibilidade para formular leis justas, eles devem estar atentos à mobilidade dos valores e costumes sociais.
 - (D) Não são desejáveis, nos textos dos instrumentos legais, o brilho das figuras retóricas; o que importa é a objetividade da formulação.
 - (E) A linguagem da poesia, por meio de imagens, pode ser persuasiva; mas a elas não devem curvar-se, em seu específico ofício, o legislador austero.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

[Gestos e palavras]

Uma vez eu estava em Londres numa sala comum da classe média inglesa: a lareira acesa, todo mundo com sua taça de chá, a família imersa naquela naturalidade (chega a parecer representação) com que os ingleses aceitam a vida. Os ingleses, diz o poeta Pessoa, nasceram para existir!

A certa altura um garoto de uns dez anos começou a contar uma história de rua, animou-se e começou a gesticular. Só comecei a perceber o que se passava quando notei que aquele doce sorriso mecânico, estampado em cada rosto de todas as pessoas da família, sumiu de repente, como se uma queda de voltagem interior houvesse afetado o sorriso coletivo. Olhos de avó, mãe, tias e tios concentraram-se em silêncio sobre o menino que continuava a narrativa com uma inocência maravilhosa. Diante disso, uma das senhoras falou para ele com uma voz sem inflexões: “Desde quando a gente precisa usar as mãos para conversar?”

Vi deliciado o garoto recolher as mãos e se esforçar para transmitir o seu conto com o auxílio exclusivo das palavras. O sorriso de todos iluminou de novo a sala: a educação britânica estava salva.

Imaginemos um garoto italiano de dez anos que fosse coarctado pela família em seus gestos meridionais. Seria uma crueldade, uma afetação pedagógica, uma amputação social. Daí cheguei à conclusão óbvia: os ingleses educam os filhos para que eles venham a ser ingleses, os italianos, para que venham a ser italianos.*

*Coarctar: reduzir-se a limites mais estritos; restringir, estreitar

(CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 209-210)

7. De sua experiência em Londres, relatada no texto, o autor reteve sobretudo a impressão
- (A) do desajuste entre a vivacidade de uma fala e uma tradição cultural em que os modos de expressão já estão convencionados.
 - (B) da contraposição entre o comportamento padronizado da família inglesa e o sentido da fala da senhora que se dirigiu ao menino.
 - (C) do contraste entre a iniciativa do menino inglês e do que se costuma esperar nas iniciativas de meninos de outras nações.
 - (D) da irrelevância que as palavras espontâneas de um menino podem adquirir num meio social em que se valorizam outros códigos.
 - (E) da indiferença com que adultos de hábitos já cristalizados respondem ao discurso natural e vivo de um menino loquaz.
-
8. Com base no segmento textual indicado, o autor destaca
- (A) o relativismo dos valores nacionais, em *a educação britânica estava salva*.
 - (B) a superioridade da cultura meridional, em *Imaginemos um garoto italiano*.
 - (C) o papel formador da escola tradicional, em *uma afetação pedagógica*.
 - (D) a insurgência do menino, em *Vi deliciado o garoto recolher as mãos*.
 - (E) o consenso das reações da família, em *afetado o sorriso coletivo*.
-



9. Considerando-se o tipo de texto explorado pelo autor, verifica-se que ele é predominantemente **narrativo**, pela insistente presença de segmentos como
- (A) *A certa altura um garoto de uns dez anos começou a contar uma história*, embora ao final do texto a expressão *a conclusão óbvia* anuncie um segmento **argumentativo**.
 - (B) *aquele doce sorriso mecânico*, conquanto haja alguma presença de discurso **dissertativo**, como em *Vi deliciado o garoto recolher as mãos*.
 - (C) *os ingleses educam os filhos para que eles venham a ser ingleses*, ao lado de algumas expressões **descritivas** como *a educação britânica estava salva*.
 - (D) *coarctado pela família em seus gestos meridionais*, contrastando com o segmento **descritivo** *Imaginemos um garoto italiano*.
 - (E) *Os ingleses, diz o poeta Pessoa, nasceram para existir*, em apoio ao que há de **descritivo** na expressão *os ingleses aceitam a vida*.
-
10. É correta e coesa a nova redação dada a um segmento do texto em:
- (A) Conforme disse o poeta Pessoa, segundo o qual é afim de existir que nascem os ingleses.
 - (B) A naturalidade da qual imergia a família representa o quanto se aceitam a vida entre os ingleses.
 - (C) Sem usar sequer inflexões, uma das senhoras advertiu de que não se precisam de mãos numa conversa.
 - (D) O garoto abdicou dos gestos e buscou se valer tão somente de recursos verbais em sua narração.
 - (E) Aos garotos italianos tornar-se-iam impossíveis gestos evitados em suas falas tipicamente meridionais.
-
11. Ambos os elementos sublinhados exemplificam uma mesma função sintática em:
- (A) Vi deliciado o garoto recolher as mãos.
 - (B) Os ingleses, diz o poeta, nasceram para existir.
 - (C) O sorriso de todos iluminou de novo a sala.
 - (D) O menino continuava a narrativa com uma inocência maravilhosa.
 - (E) Aquele doce sorriso mecânico sumiu de repente.
-
12. Observam-se as normas que regem o emprego dos sinais de crase e de pontuação em:
- (A) Não há dúvida, de que o autor do texto recorre à estereótipos culturais em sua narrativa a qual não faltam elementos de humor.
 - (B) Quando se assiste à cenas familiares, marcadas pelo conservadorismo, vê-se logo, quão divertido é quebrar os protocolos.
 - (C) O que será? – pensou o autor que parecia ter levado às pessoas a calarem-se diante de uma narrativa tão animada.
 - (D) Não sem propósito, atribui o autor às crianças italianas características de comunicação que não se permitem às inglesas.
 - (E) O garoto inglês advertido pela senhora, desistiu da ênfase dos gestos e passou aquela que se dá nos limites do discurso verbal.

Direito Constitucional

13. Lei de certo Estado, fruto de projeto de iniciativa parlamentar, determinou que o valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos tenha como limite máximo aquele estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, tendo, ainda, instituído para os referidos servidores regime de previdência complementar, de caráter facultativo. Na sequência, o Governador do Estado editou decreto criando autarquia para administrar o regime de previdência complementar. Nessa situação, observa-se que a Constituição Federal foi contrariada APENAS no que toca à
- (A) iniciativa da lei estadual, que é privativa do Poder Executivo, bem como à edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
 - (B) instituição de regime de previdência complementar por lei, uma vez que cabe privativamente ao Governador fazê-lo por decreto.
 - (C) edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
 - (D) limitação do valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos, uma vez que apenas os benefícios dos titulares de cargos públicos em comissão poderiam ter sido limitados.
 - (E) criação de autarquia para administrar o regime de previdência complementar, uma vez que deveria ter sido criada entidade de natureza privada para esse fim.
-
14. Ao exercer a autonomia que lhe foi assegurada pela Constituição Federal, o Distrito Federal deve considerar que
- (A) lhe é vedado legislar em matéria de meio ambiente, na hipótese de o mesmo tema já ter sido objeto de lei federal.
 - (B) cabe ao Governador, privativamente, apresentar projeto de lei em matéria de organização judiciária do Distrito Federal.
 - (C) sua lei orgânica deve ser promulgada pela Câmara Legislativa independentemente de sanção governamental, incabível no caso.
 - (D) lhe foram asseguradas as competências não vedadas pela Constituição Federal, motivo pelo qual sua lei orgânica pode dispor em matéria de regime jurídico dos servidores públicos.
 - (E) lhe é vedado legislar em matéria de licitações e contratações, uma vez que se trata de competência privativa da União.



15. O Governador de certo Estado não encaminhou a prestação de contas no prazo legal, deixando de apresentá-la mesmo após instado a fazê-lo pela Assembleia Legislativa. Após infrutíferas tentativas de fazer com que as contas fossem prestadas, sem que o Governador apresentasse justificativa razoável para sua omissão, o Presidente da Assembleia Legislativa apresentou ao Presidente da República propondo que fosse decretada a intervenção federal no Estado, o que foi acolhido. Assim, o decreto interventivo, que nomeou o interventor e fixou o prazo e as condições da medida, foi submetido ao Congresso Nacional. Nesse caso, a intervenção federal foi decretada
- (A) regularmente, uma vez que fundada no descumprimento do princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, tendo sido observado o procedimento constitucional para o exercício da competência do Presidente da República.
 - (B) irregularmente, uma vez que os fatos apontados não caracterizam hipótese de intervenção federal, tendo o Presidente da República excedido suas atribuições constitucionais, motivo pelo qual é cabível a anulação da medida judicialmente.
 - (C) irregularmente, uma vez que, embora a violação ao princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, justifique a intervenção federal, a medida depende de prévio provimento de representação proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) irregularmente, uma vez que, embora a violação ao princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, justifique a intervenção federal, e ainda que, nessa hipótese, possa ser decretada pelo Presidente da República independentemente de prévia decisão judicial, a medida não deveria ter sido submetida à apreciação do Congresso Nacional, por ter sido fruto de requisição do Poder Legislativo.
 - (E) irregularmente, uma vez que, embora a violação ao princípio constitucional da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, justifique a intervenção federal, a medida depende de prévio provimento de representação proposta pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
-
16. No exercício de sua autonomia organizacional para editar sua Lei Orgânica, o Distrito Federal deve observar a norma da Constituição Federal segundo a qual
- (A) aos parlamentares do Distrito Federal é garantida a imunidade material por suas opiniões, palavras e votos apenas na circunscrição do mandato.
 - (B) é causa de perda do mandato parlamentar a declaração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, mediante deliberação da maioria absoluta da Casa legislativa respectiva.
 - (C) os parlamentares podem ser presos apenas após sentença condenatória transitada em julgado, desde que haja prévia licença da casa respectiva.
 - (D) o subsídio dos parlamentares será fixado por ato privativo da casa respectiva, independentemente de sanção do Chefe do Poder Executivo.
 - (E) o limite remuneratório máximo para subsídios dos parlamentares do Distrito Federal é o valor pago a título de subsídios aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
-
17. De acordo com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Distrito Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a ordem constitucional a edição de
- (A) lei do Distrito Federal que condicione à prévia aprovação pelo Poder Legislativo a assinatura, pelo Poder Executivo, de contratos de execução de obras de engenharia de que resultem encargos não previstos na lei orçamentária.
 - (B) decreto pelo Governador do Distrito Federal que exija a aprovação em exame psicotécnico como requisito para o preenchimento de cargo público de professor, ainda que a exigência não tenha sido prevista em lei, mas desde que esteja contida no edital de abertura do concurso.
 - (C) lei do Distrito Federal fixando prazo para que o Governador encaminhe projeto de lei que verse sobre o regime do servidor público distrital.
 - (D) lei do Distrito Federal que estabeleça limite máximo de idade como requisito de preenchimento de cargo público efetivo, quando a imposição de idade máxima possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
 - (E) decreto legislativo pela Câmara Legislativa Distrital suspendendo os efeitos de lei distrital declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade, situação em que a decisão judicial não produzirá efeitos retroativos.

Direito Administrativo

18. Suponha que o Chefe do Poder Executivo, valendo-se das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República, pretenda proceder a uma grande reorganização administrativa. Para tanto, editou decreto, invocando seu poder regulamentar, detalhando a aplicação de diploma legal que criou Secretarias e órgãos públicos, aproveitando o mesmo diploma para extinguir determinados cargos criados pela mesma lei. Nesse caso, o chefe do Poder Executivo, ao editar tal decreto,
- (A) valeu-se do poder regulamentar de forma legítima, desde que não inove em matéria de reserva de lei, podendo, com base no poder normativo, extinguir os cargos por decreto, desde que vagos.
 - (B) exerceu, legitimamente, seu poder regulamentar para dispor sobre matéria de organização e funcionamento da Administração, que inclui a criação e extinção de cargos, desde que sejam de livre provimento.
 - (C) poderia invocar seu poder normativo, descabendo falar em poder regulamentar, o que, contudo, apenas autoriza a edição de decretos autônomos para extinção dos cargos se extintos, pelo mesmo ato, os órgãos correspondentes.
 - (D) somente poderá extinguir os cargos mediante decreto regulamentar na hipótese de ter a lei regulamentada previsto expressamente tal delegação legislativa, eis que se trata de matéria de reserva de lei formal.
 - (E) não pode dispor sobre o tema mediante decreto, a pretexto de exercer seu poder regulamentar, eis que matéria de organização e funcionamento da Administração é reservada à lei, cuja iniciativa privativa é do Chefe do Executivo.



19. O ato administrativo é dotado de determinados atributos, entre os quais se insere a tipicidade,
- (A) presente nos atos enunciativos e opinativos, bem como nos meramente declaratórios, porém ausente nos atos constitutivos, eis que a estes se aplica o atributo da executoriedade.
 - (B) que advém do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, decorrendo de tal atributo a produção de efeitos do ato administrativo sobre particulares independentemente da vontade dos mesmos.
 - (C) que constitui decorrência do princípio da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, própria apenas dos atos vinculados e que se opera com a observância dos requisitos para sua edição.
 - (D) decorrente do princípio da legalidade, que afasta a possibilidade de a administração praticar atos inominados, predicando a utilização de figuras previamente definidas como aptas a produzir determinados resultados.
 - (E) segundo a qual todo ato administrativo deve ter por finalidade a consecução do interesse público e cuja inobservância enseja a nulidade do ato, por desvio de finalidade.
-
20. Entre as modalidades de extinção do contrato de concessão de serviços públicos, previstas na legislação de regência, insere-se a
- (A) caducidade, decretada quando a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, condicionada à prévia indenização pelo poder concedente, descontadas as multas contratuais eventualmente aplicadas.
 - (B) intervenção, mediante decreto do poder concedente, com a retomada do objeto da concessão a fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
 - (C) encampação, consistente na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
 - (D) rescisão por parte do poder concedente, pelo advento do termo contratual, com a retomada dos serviços e bens reversíveis, condicionada à indenização à concessionária dos investimentos realizados nos 180 dias anteriores ao encerramento do prazo da concessão que não tenham sido passíveis de amortização.
 - (E) rescisão administrativa pelo concessionário, na hipótese de descumprimento das obrigações do poder concedente que ensejem desequilíbrio econômico-financeiro da concessão ou onerosidade excessiva, obrigando-se a manter a prestação dos serviços até a assunção por novo concessionário ou pelos financiadores.
-
21. Entre os poderes próprios da Administração, decorrentes do regime jurídico administrativo que lhe atribui determinadas prerrogativas e sujeições, insere-se o poder disciplinar, que
- (A) possui, como uma das suas manifestações, o poder-dever de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, comportando alguma margem de discricionariedade no que concerne à dosimetria das sanções.
 - (B) também alcança os particulares que não possuem vínculo laboral ou contratual com a Administração, coibindo condutas nocivas ou perigosas, como expressão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (C) corresponde ao poder dos superiores de proferir ordens a seus subordinados, constituindo expressão da hierarquia, excluídas as aplicações de penalidades, que se inserem no bojo do poder sancionador.
 - (D) constitui o poder de organizar as atividades administrativas, mediante expedição de instruções, portarias, ordens de serviços e outros atos infralegais, decorrendo do poder normativo, exercido nos limites da lei.
 - (E) corresponde à parcela do poder de polícia exercido preventivamente pela Administração, disciplinando o exercício de atividades de particulares que ensejem risco à segurança, saúde ou incolumidade pública.

Processo Legislativo

22. Considere a seguinte distribuição de cadeiras em um dado parlamento: partido A – 36%; partido B – 24%; partido C – 28% e partido D – 12%. O partido A é de oposição ao Executivo e requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostos desvios de recursos em um determinado órgão da Administração direta. Em vista disso, a CPI
- (A) poderá ser criada se aprovada pela maioria relativa dos parlamentares.
 - (B) poderá ser criada se aprovada pela maioria absoluta dos parlamentares.
 - (C) deverá ser criada por ser direito de minoria e deverá ser composta majoritariamente pelos membros do partido de oposição que a requereu.
 - (D) deverá ser criada e os poderes próprios de autoridade judicial serão exercidos uma vez aprovados pelo plenário da comissão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
 - (E) deverá ser criada e os poderes próprios de autoridade judicial serão exercidos uma vez referendados pelo plenário do parlamento por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.



23. Sobre o processo de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, afirma-se que
- (A) não poderá ser emendada mediante iniciativa popular, salvo se reunidos, no mínimo, três por cento dos eleitores do Distrito Federal, distribuídos em, pelo menos, três zonas eleitorais, com não menos de três décimos do eleitorado em cada uma delas.
 - (B) o projeto de emenda será vetado pelo Governador quando contrariar o interesse público ou ferir preceitos da Constituição Federal.
 - (C) há uma minoria qualificada de Deputados Distritais apta a deflagrar o processo de reforma da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) será promulgada pelo Presidente da Câmara Legislativa, com respectivo número de ordem.
 - (E) não existem limitações circunstanciais ao exercício do poder de emendar a Lei Orgânica do Distrito Federal.
-
24. Considere um projeto de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal apresentado pelo Governador, o qual visa a suprimir iniciativa privativa sua para dispor sobre o regime jurídico dos servidores do Distrito Federal. A Comissão de Constituição e Justiça deve emitir parecer
- (A) terminativo pela rejeição, pois o projeto ofende a simetria em relação ao modelo de separação dos poderes previsto na Constituição Federal, com recurso para o Plenário apresentado por um oitavo dos Deputados, no prazo de 5 dias.
 - (B) pela rejeição, pois o projeto ofende a simetria em relação ao modelo de separação dos poderes previsto na Constituição Federal, com trânsito ao Plenário para deliberação.
 - (C) pela aprovação, pois o Distrito Federal goza de autonomia legislativa e administrativa em decorrência do modelo federativo previsto na Constituição Federal.
 - (D) pela aprovação, pois o projeto contou com a iniciativa do Governador que assim anuiu com a exclusão de uma competência privativa sua.
 - (E) terminativo pela aprovação, pois o Distrito Federal goza de autonomia legislativa e administrativa em decorrência do modelo federativo previsto na Constituição Federal e foi apresentado pelo Governador, o qual poderá vetá-lo ou sancioná-lo.
-
25. É atribuição da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal:
- (A) emitir parecer sobre prestação ou tomada de contas do Governador e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (B) solicitar intervenção federal nas hipóteses previstas na Constituição Federal.
 - (C) designar os membros e Suplentes das comissões, à vista de indicações partidárias ou de bloco parlamentar, obedecendo, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.
 - (D) propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Deputado Distrital ou de comissão.
 - (E) promulgar emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, resoluções e decretos legislativos.
-
26. As medidas provisórias
- (A) são uma espécie legislativa prevista na Lei Orgânica, que pode ser adotada pelo Governador, em caso de relevância e urgência, com força de lei, em matéria da competência legislativa do Distrito Federal equivalente à dos Estados-membros.
 - (B) podem ser adotadas pelos governadores dos Estados, obedecido o padrão federal e se houver previsão na constituição local, exceto em matéria referente aos serviços locais de gás canalizado.
 - (C) são idênticas ao decreto-lei previsto na ordem constitucional anterior à atual.
 - (D) seguirão para sanção ou veto do Presidente da República, quando aprovado o projeto de lei de sua conversão sem alteração de mérito.
 - (E) podem dispor sobre matéria reservada à lei complementar, desde que aprovada por maioria absoluta em ambas as Casas do Congresso Nacional.
-

Realidade do Distrito Federal

27. A fim de ter sua biota nativa preservada, a Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, de acordo com o Decreto nº 12.055, do Governo do Distrito Federal, de 14 de dezembro de 1989, ficou dividida em duas grandes zonas:
- (A) Zona da Palha e Zona de João Grossi.
 - (B) Zona do Bananal e Zona da Canjerana.
 - (C) Zona do Tamanduá e Zona do Ribeirão do Torto.
 - (D) Zona da Fauna e Zona da Flora.
 - (E) Zona de Vida Silvestre e Zona Tampão.
-
28. A única figura representativa da literatura do Distrito Federal a ingressar na Academia Brasileira de Letras foi
- (A) José J. Veiga.
 - (B) Cora Coralina.
 - (C) Bernardo Élis.
 - (D) Gilberto Mendonça Teles.
 - (E) José Décio Filho.
-

**Língua Estrangeira: Inglês**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo, SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere o texto a seguir para responder as questões de números 29 e 30.

U.S. immigration law provides foreign nationals with a variety of visas to become lawful permanent residents (get a Green Card) through employment in the United States. These employment-based (EB) "preference immigrant" categories include:

Employment-Based Immigration: EB-1 Priority Workers

This preference is reserved for persons of extraordinary ability in the sciences, arts, education, business or athletics; outstanding researchers or university professors; and executives or managers of multinational corporations. This category is less costly and takes less time to complete than other classifications. Although this is the fastest way to get an employment-based green card, it is extremely document-heavy and the USCIS reviews this petition with a high level of scrutiny.

Employment-Based Immigration: EB-2 Advanced Workers

There are three types of EB-2 green cards:

- *Professionals who hold advanced degrees*
- *Foreign nationals with exceptional knowledge in the sciences, arts or business*
- *Professionals whose work benefits the national interest of the U.S.*

Applicants (with the exception of applicants applying for an exemption known as National Interest Waiver) must generally have an approved labor certification, a job offer, and their employer must have filed an Immigrant Petition for Alien Worker (Form I-140) with the USCIS.

This category has several stages that need to be successfully completed prior to green card sponsorship. This proves to be a lengthier and more rigorous process than the EB-1 green card.

Employment-Based Immigration: EB-3 Skilled/Other Workers

This preference is reserved for professionals with a bachelor's degree (or foreign equivalent); skilled workers, including foreign nationals with at least two years of training or work experience who may or may not hold a degree; and other or unskilled workers filling a job that requires less than two years of training or experience. This category is the most common with a higher number of foreign nationals that qualify under this preference category and has a lengthy average approval waiting period of six to nine years.

(Adapted from: <https://resources.envoyglobal.com/blog/employment-based-immigration-a-complete-overview>)

29. De acordo com o texto,

- (A) uma vez que a solicitação de um visto EB-1 é criteriosamente analisada e aprovada, a emissão do *green card* é bem rápida.
- (B) a obtenção do visto EB-2 é rápida, mas exige um grande volume de documentos.
- (C) todos os vistos descritos exigem que o solicitante tenha diploma de pós-graduação.
- (D) solicitantes do visto EB-2, cuja ocupação seja de interesse nacional para o país, têm prioridade na emissão do *green card*.
- (E) as três categorias permitem que o solicitante, em determinadas circunstâncias, seja dispensado de apresentar a oferta de emprego.

30. Segundo o texto,

- (A) solicitantes de visto EB-3 devem ter, no mínimo, formação superior.
- (B) a categoria com maior número de solicitações e com maior tempo de espera é a EB-3.
- (C) mesmo profissionais cuja ocupação seja de interesse nacional devem provar que têm uma oferta de emprego.
- (D) o formulário I-140 deve ser submetido diretamente ao USCIS pelo solicitante.
- (E) nenhum trabalhador com menos de dois anos de experiência em seu campo de atuação pode solicitar um visto EB-3.



Língua Estrangeira: Espanhol

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo, SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere o texto a seguir para responder as questões de números 29 e 30.

Miércoles 11 Julio, 2018

Cámara de Representantes



La Cámara de Representantes sancionó hoy el proyecto de ley que busca prevenir, investigar, perseguir y sancionar la trata y la explotación de personas, así como la atención, protección y reparación de las víctimas.

La iniciativa, que fue aprobada por 68 votos en 72 legisladores presentes, consta de cincuenta artículos y en ella se define la trata como una forma de sometimiento y uso lucrativo de las personas que viola gravemente sus derechos humanos.

El proyecto establece principios rectores que siguen los estándares internacionales, entre los que figura el principio de igualdad y no discriminación; la prioridad de los derechos humanos de las víctimas, el interés superior de las niñas, niños y adolescentes y la confidencialidad, así como la gratuidad de las prestaciones de atención psico-social, médica y defensa jurídica de las víctimas.

En el capítulo II se crea un ente rector y articulador de las políticas a llevar adelante, denominado Consejo Nacional de Prevención y Combate a la Trata y la Explotación de Personas, organismo interinstitucional y con composición mixta, pública y privada, de forma tal que pueda articular políticas sectoriales en relación a la problemática que se le plantea. Este Consejo será presidido por un representante del Ministerio de Desarrollo Social y se completará con un delegado de los Ministerios de Relaciones Exteriores, Economía y Finanzas, Defensa Nacional, Trabajo y Salud Pública, a los que se les suma un representante del INAU, uno de la Fiscalía General de la Nación, uno del Poder Judicial y tres representantes de la sociedad civil.

La iniciativa, que ahora se transformará en ley, crea además el Sistema Nacional de Denuncias sobre Trata y Explotación de Personas con el fin de centralizar la información sobre este tipo de criminalidad y generar políticas adecuadas para combatir y prevenir el delito y facilitar la denuncia y el tránsito por el sistema de justicia.

(Carpeta nº 2634 – Repartido nº 850)

(Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/noticiasyeventos/noticias/node/89348>)

29. Sobre el texto, es correcto afirmar que su tema principal es
- un proyecto de ley que se destina específicamente a prevenir, investigar, perseguir y sancionar la trata y la explotación de personas, así como la atención, protección y reparación de las víctimas.
 - una enmienda a la ley que se destina específicamente a prevenir, investigar, perseguir y sancionar la explotación de personas.
 - una enmienda a la ley que se destina específicamente a prevenir, investigar, perseguir y sancionar la atención, protección y reparación de las víctimas.
 - una enmienda a la ley que se destina específicamente a prevenir, investigar, perseguir y sancionar la trata y la explotación de personas, así como la atención, protección y reparación de las víctimas.
 - un proyecto de ley que se destina específicamente a prevenir, investigar, perseguir y sancionar las tratas e inmigraciones ilegales.
-
30. Según el texto será creado además un Sistema Nacional de Denuncias sobre Trata y Explotación de Personas que
- será presidido por un representante del Ministerio de Desarrollo Social, del INAU, de la Fiscalía General de la Nación, del Poder Judicial y tres de la sociedad civil.
 - se encargará de que el sistema de justicia sea puesto en alerta sobre las denuncias hechas por trata y explotación de personas.
 - consta de cincuenta artículos y establece principios rectores que siguen los estándares internacionales.
 - centraliza las acciones del Ministerio de Desarrollo Social, de Relaciones Exteriores, Economía y Finanzas, Defensa Nacional, Trabajo y Salud Pública.
 - es un ente rector y articulador de las políticas sectoriales en relación al problema de las inmigraciones ilegales en el país.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 31 a 38.

A retórica de que se trata aqui é essa metalinguagem (cuja linguagem-objeto foi o “discurso”) que reinou no Ocidente do século V a.C. até o século XIX d.C. Esse discurso sobre o discurso comportou várias práticas, presentes, simultânea ou sucessivamente, segundo as épocas, na “Retórica”, entre elas:

- 1. uma técnica, isto é, uma “arte”, no sentido clássico da palavra – arte da persuasão, conjunto de preceitos cuja aplicação permite convencer o ouvinte do discurso (e mais tarde, o leitor da obra), mesmo quando aquilo de que se deve persuadi-lo seja “falso”;*
- 2. um ensinamento – de início transmitida por vias pessoais, inseriu-se rapidamente em instituições de ensino;*
- 3. uma ciência, ou, em todo caso, uma protociência – um campo de observação autônomo delimitando certos fenômenos, a saber, os “efeitos” de linguagem;*
- 4. uma moral – sendo um sistema de “regras”, a retórica está penetrada da ambiguidade da palavra: é ao mesmo tempo um manual de receitas, animadas por uma finalidade prática, e um Código, um corpo de prescrições morais, cuja função é vigiar (isto é, permitir e limitar) os “desvios” da linguagem passional;*
- 5. uma prática social – a Retórica é essa técnica privilegiada (pois que é preciso pagar para adquiri-la) que permite à classe dirigente garantir para si a propriedade da palavra. Sendo a linguagem um poder, decidiu-se das regras seletivas de acesso a esse poder, constituindo-o em pseudociência, fechada para “aqueles que não sabem falar”, tributária de uma iniciação dispendiosa (nascida há 2500 anos de processo de propriedade, a retórica se esgota e morre na classe de “retórica”, consagração iniciática da cultura burguesa).*

A Retórica (como metalinguagem) nasceu do processo de propriedade. Por volta de 485 a. C., dois tiranos sicilianos, Géron e Hiéron, operaram deportações, transferências de população e expropriações, para povoar Siracusa e distribuir lotes aos mercenários; quando foram derrubados por um levante democrático e se quis voltar ao ante qua, houve inumeráveis processos, pois os direitos de propriedade estavam obscurecidos. Esses processos eram de um tipo novo e mobilizavam grandes júris populares, diante dos quais, para convencer, era preciso ser “eloquente”.

Essa eloquência, participando ao mesmo tempo da democracia e da demagogia, do judicial e do político (o que se chamou depois de deliberativo), constituiu-se rapidamente em objeto de ensino. Os primeiros professores dessa nova disciplina foram Empédocles de Agrigento, Córax, aluno seu de Siracusa (o primeiro a cobrar pelas aulas), e Tísias. Esse ensino passou com igual rapidez para a Ática (depois das guerras médicas), graças às contestações dos comerciantes, que moviam processos conjuntamente em Siracusa e em Atenas: a retórica já é, em parte, ateniense desde meados do século V.

Córax coloca já as cinco grandes partes da oratio, que formarão durante séculos o “plano” do discurso oratório: 1. exórdio; 2. narração (relação dos fatos); 3. argumentação ou prova; 4. digressão; 5. epílogo. É fácil verificar que, ao passar do discurso judicial para a dissertação escolar, esse plano conservou a sua organização principal: uma introdução, um corpo demonstrativo, uma conclusão.

(Adaptado de: BARTHES, Roland. “A Antiga Retórica”, **A Aventura Semiológica**, Lisboa, Edições 70, 1987)

31. Em consonância com o texto e com os fundamentos da retórica, pode-se afirmar:
- Da Antiguidade, com Demóstenes ou Cícero, até chegar às redações escolares, é preciso acrescentar também outra modalidade de discursos retóricos, os sermões eclesiásticos, embora neles a persuasão e a credibilidade não tivessem importância, visto que a fé constituía um dado inexorável.
 - O convencimento era preocupação secundária para a retórica, uma vez que os tribunais de júri na Antiguidade importavam-se sobretudo com a eloquência dos discursos.
 - A retórica, que se origina nas disputas por poder político, tem início em Atenas, a partir de um desmembramento da filosofia, já que esta se dedicava ao pensamento abstrato, enquanto a arte da eloquência tinha por base a utilidade.
 - A verdade por si só, a que se dedicava a filosofia, não era necessariamente persuasiva; este atributo cabia de modo mais apropriado à arte retórica, cujos discursos procuravam obter eficácia através da verossimilhança.
 - O texto, esclarecendo um caminho de decadência da retórica até os dias de hoje, culmina com um paralelo com a estrutura da dissertação escolar, que mantém a mesma organização, embora sem utilidade prática.
32. Sendo a linguagem um poder, decidiu-se das regras seletivas de acesso a esse poder, constituindo-o em pseudociência, fechada para “aqueles que não sabem falar”, tributária de uma iniciação dispendiosa... (item 5)

Mantendo a correção e, em linhas gerais, o sentido do texto, os elementos sublinhados podem ser corretamente substituídos por:

- Uma vez que era – de forma que fosse constituído
- Para que fosse – posto que se constituísse
- Conquanto fosse – a fim de que o constituíssem
- Como fosse – para que se constituísse
- Quando era – de modo que o constituísse



33. ... *houve inumeráveis processos, pois os direitos de propriedade estavam obscurecidos. Esses processos eram de um tipo novo.* (2º parágrafo)

Uma nova redação para o segmento acima, coesa e articulada por meio de subordinação, sem prejuízo da clareza e do sentido, encontra-se em:

- (A) Houve inumeráveis processos, em que eram de um tipo novo, já que os direitos de propriedade estavam obscurecidos.
- (B) Houve inumeráveis processos, pois os direitos de propriedade, que estavam obscurecidos, eram de um tipo novo.
- (C) Como estivessem obscurecidos os direitos de propriedade, houve inumeráveis processos, que eram de um tipo novo.
- (D) Estando obscurecidos os direitos de propriedade e havendo inumeráveis processos, que eram de um tipo novo.
- (E) Houve inumeráveis processos que eram de um tipo novo, haja vista os direitos de propriedade estavam obscurecidos.

34. As afirmações abaixo dizem respeito a características sintáticas do texto.

- I. Se comparado ao emprego de orações distendidas, o uso de orações reduzidas de gerúndio, como em *sendo um sistema de "regras"* (item 4), torna o sentido das frases mais impreciso, transferindo ao leitor a tarefa de atribuir o sentido mais adequado.
- II. As orações ligadas por conjunção aditiva "e", como em *Esses processos eram de um tipo novo e mobilizavam grandes júris populares* (2º parágrafo), ao contrário do período subordinado, têm sua relação de sentido bastante clara, sem deixar margem a outros sentidos advindos da interpretação do leitor.
- III. No segmento: *a retórica já é* (fim do 3º parágrafo) os dois-pontos inserem uma conclusão, que pode ser reescrita do seguinte modo: "...em Atenas; assim, a retórica já é...".

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

35. Substitui-se corretamente o segmento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em

- (A) o que se chamou depois de deliberativo (foi chamado)
- (B) constituiu-se rapidamente em objeto de ensino (alterou)
- (C) participando ao mesmo tempo da democracia (aderindo)
- (D) A retórica de que se trata aqui é essa metalinguagem (se estuda)
- (E) mesmo quando aquilo de que se deve persuadi-lo seja "falso" (analisá-lo)

36. O termo sublinhado deve sua flexão ao que está destacado em

- (A) houve inumeráveis processos, pois os direitos de propriedade estavam obscurecidos (2º parágrafo)
- (B) É fácil verificar que, ao passar do discurso judicial para a dissertação escolar (último parágrafo)
- (C) graças às contestações dos **comerciantes**, que moviam processos conjuntamente (3º parágrafo)
- (D) técnica privilegiada [...] que permite à **classe dirigente** garantir para si a propriedade (item 5)
- (E) a retórica está penetrada da **ambiguidade da palavra**: é ao mesmo tempo um manual de receitas (item 4)

37. As frases abaixo dizem respeito à pontuação do 2º parágrafo.

- I. Em *nasceu do processo de propriedade. Por volta de 485 a. C.*, com as devidas alterações, o ponto final pode ser substituído por dois-pontos, pois o texto seguinte consiste na explicação do que acaba de ser dito.
- II. A vírgula em *se quis voltar ao* ante *qua*, *houve inumeráveis processos* separa as duas orações subordinadas, ainda que coordenadas entre si, da oração principal.
- III. Transferindo-se o segmento sublinhado em *diante dos quais*, para convencer, era preciso ser "eloquente" para o fim da frase, não há necessidade de vírgula.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.



38. Constitui estritamente resumo do texto o que consta em:
- (A) Com o acirramento das disputas por terra na Antiguidade, importa perceber como a retórica, surgida no século V a.C., deve ser analisada como uma dinâmica política com reflexos na estrutura da sociedade contemporânea.
 - (B) A retórica, enquanto conjunto de preceitos e práticas, tem origem na Antiguidade, em disputas de poder e propriedade no século V a.C., mantendo-se viva até o século XIX, com reflexos ainda hoje na estruturação dos textos escolares.
 - (C) O desenvolvimento da retórica, em um arco temporal de mais de vinte séculos, oferece uma possibilidade de compreensão do desenvolvimento dos mais variados discursos, de jurídicos e educacionais a literários e religiosos, até o presente.
 - (D) Comprometidos com o ensino da retórica, Empédocles e seu aluno Córax, fundaram as bases dessa disciplina que, tendo nascido na Antiguidade, nem por isso deixa de proporcionar ainda hoje o que há de mais interessante nas artes ligadas ao discurso.
 - (E) Embora surja na Sicília, a retórica estende-se a Atenas, onde passa a ser cultivada nas escolas como ciência e como moral, enquanto reguladora do discurso, característica a que se deve atentar ao analisar textos antigos.
39. A adequada transição de tópico frasal se encontra em:
- (A) Górgias, para provar a eficácia do discurso, compõe dois discursos sobre Helena, causa da Guerra de Troia, que provam um suas virtudes, o conhecido *Elogio de Helena*, e outro seus vícios.
 - (B) Os tratados retóricos latinos eram devedores dos gregos, que traziam os princípios basilares da disciplina, cujos textos remanescentes mais antigos remontam aos fragmentos de Górgias.
 - (C) Platão, no *Fedro*, diálogo que trata da boa e da má retórica, que por seu turno oferece duas diferentes perspectivas sobre o problema, ainda escreve outros dois diálogos relacionados diretamente à linguagem, o *Sofista* e *Górgias*.
 - (D) A retórica grega concentra-se na *éuresis*, ou descoberta dos argumentos, e não na linguagem, ou *elocutio*, que, por sua vez, relaciona-se ao termo “eloquência”.
 - (E) A eloquência romana tem, como seus teóricos mais representativos, Cícero e Quintiliano; por seu turno, é um desenvolvimento da retórica grega, sobretudo quanto ao que Platão teoriza em seus diálogos.
40. Tendo vicejado em meio à democracia e à demagogia, a retórica desenvolveu-se como instrumento para a soberania do povo e para seu direcionamento político; logo, passa a ser ensinada por professores como Empédocles e Córax.
- O comentário acima, que retoma um segmento do texto, caracteriza-se como
- (A) correta relação entre conceitos, seguida de uma falsa conclusão.
 - (B) falsa analogia entre conceitos, seguida de uma conclusão tautológica.
 - (C) tautologia, seguida de uma conclusão sem nexos causal com o segmento que a antecede.
 - (D) contradição, seguida de uma conclusão que repete o que foi dito no segmento anterior.
 - (E) ênfase retórica inicial que retoma conceitos importantes para a conclusão que fecha o período.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 41 a 45.

A exemplo de toda a Europa, que viveu no Humanismo Renascentista um renovado interesse pelos textos clássicos – com ênfase na retórica, principalmente nas obras de Aristóteles, Cícero e Quintiliano –, também no Brasil, por influência de Portugal, a retórica foi muito difundida. Chegou aqui pelas mãos dos padres jesuítas, que vieram em 1549 e aqui permaneceram até 1759, ou seja, por 210 anos. Essa retórica aqui chegada, a mesma praticada à época em toda a Europa, caracteriza-se pelo que se costuma chamar de “ciceronianismo jesuítico”: os jesuítas confiam no poder da palavra, considerada um prolongamento da palavra divina.

Um importante testemunho do tipo de retórica trazida ao Brasil pelos jesuítas é o Sermão da Sexagésima, do Padre Antônio Vieira, em que o jesuíta defende que não se conseguem bons frutos com a palavra de Deus porque o pregador não sabe pregar, ou seja, não domina as estratégias da persuasão retórica. Nessa homilia, Vieira apresenta uma verdadeira aula de retórica:

“Há de tomar o pregador uma só matéria; há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la, para que se distinga; há de prová-la com a Escritura; há de declará-la com a razão; há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer as dificuldades; há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto.”

(Adaptado de: MENDES, E. A. de M. “A retórica no Brasil: Um pouco da história”, *Revista Latinoamericana de Retórica*, mar. 2013, v. 1, n. 1, pp. 43-57)

41. A respeito do texto, é correto afirmar que consiste em
- (A) exposição histórica, seguida de exemplo de discurso retórico da época, de caráter preceptivo e metalinguístico.
 - (B) exposição contrastiva, que visa mostrar como uma disciplina da Antiguidade, anterior ao cristianismo portanto, é subvertida pelos jesuítas, ainda que referida em seus próprios sermões.
 - (C) argumentação a propósito da validade da retórica no período do Renascimento, utilizando texto de Antônio Vieira como prova para o que é postulado no primeiro parágrafo.
 - (D) preceituação didática, a relacionar noções contemporâneas a conselhos proferidos à época da Renascença, tendo como exemplo uma homilia de Antônio Vieira.
 - (E) demonstração de preceitos retóricos com base na autoridade de Antônio Vieira, até hoje considerado modelar no uso da língua portuguesa.



42. Sobre o primeiro parágrafo do texto, é correto afirmar:
- (A) Prevalece a narração histórica, para a qual a repetição de informações constitui recurso que as mantém vivas na mente do leitor, de maneira a facilitar a compreensão dos argumentos.
 - (B) A compreensão do texto encontra-se prejudicada por problemas de coesão, a ponto de algumas expressões, como “ciceronianismo jesuítico”, ficarem pouco claras.
 - (C) O uso expressivo da pontuação colabora para a compreensão do texto e torna claro o ponto de vista do autor sem que precise ser enunciado abertamente.
 - (D) Exceto pelo problema na mudança de tópico frasal, do primeiro para o segundo período, a repetição de informações acentua o caráter acadêmico do texto e privilegia sua clareza.
 - (E) Embora não haja problemas de clareza, há pouca articulação entre as orações, e repetem-se informações e termos, como o advérbio “aqui”, por exemplo.

43. *...o pregador não sabe pregar, ou seja, não domina as estratégias da persuasão retórica. Nessa homilia, Vieira apresenta uma verdadeira aula de retórica...* (2º parágrafo)

Mantendo a clareza e, em linhas gerais, o sentido, o trecho acima encontra-se reescrito em um único período, com coesão e concisão, em:

- (A) Nessa homilia, Vieira apresenta uma verdadeira aula, sem a qual o pregador não sabe pregar, pois não domina as estratégias de persuasão retórica.
 - (B) Sem dominar as estratégias de persuasão da qual Vieira, nesta homilia, apresenta uma verdadeira aula de retórica, o pregador não sabe pregar.
 - (C) O pregador, sem as estratégias de persuasão retórica, não sabe pregar, de modo que Vieira apresenta uma aula das mesmas nesta homilia.
 - (D) O pregador não sabe pregar, uma vez que não domina as estratégias de persuasão, sobre as quais, nessa homilia, Vieira apresenta uma verdadeira aula de retórica.
 - (E) O pregador não sabe pregar, de forma que não domina as estratégias de persuasão; assim, nesta homilia, Vieira apresenta-lhe uma verdadeira aula.
44. Quanto aos recursos expressivos, o 3º parágrafo caracteriza-se
- (A) pela variação de figuras, de modo a ressaltar o aspecto barroco da linguagem, demonstrando, de forma metalinguística, como deve ser o discurso.
 - (B) pela ênfase de uma mesma estrutura sintática, utilizada para descrever progressiva e didaticamente os procedimentos necessários a um discurso.
 - (C) pelo caráter coercitivo, comum a textos encomiásticos, como gramáticas, e normativos, como os códigos legais, de modo a inclinar seu leitor ao aprendizado.
 - (D) pelo contraste entre cada uma das recomendações, a conferir-lhes relevo e, conseqüentemente, maior clareza, uma das principais virtudes do discurso retórico.
 - (E) pela repetição de um mesmo sujeito das orações, chamando a atenção do leitor para a quantidade de obrigações centradas na figura do orador.

45. Dentre os preceitos retóricos elencados por Vieira no 3º parágrafo, é correto afirmar:

- (A) Recomendações como “há de prová-la com a Escritura; há de declará-la com a razão” são sintomáticas do antagonismo característico dos discursos de Vieira, compostos em um contexto barroco.
- (B) Ao dizer que há de amplificar a matéria “com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias”, Vieira refere-se a questões que, por parte do público, não teriam por si só o respaldo necessário.
- (C) Com “há de dividi-la, para que se distinga”, embora abra precedente contrário ao primeiro preceito, pois trata de matéria compósita, dividi-la permite que o enunciador se dedique apenas ao que importa para o convencimento da audiência.
- (D) Embora as três primeiras recomendações se relacionem diretamente com a clareza do discurso, o orador há de saber calar o que não convém que seja exposto, como está dito em “com os inconvenientes que se devem evitar”.
- (E) O primeiro deles, “Há de tomar o pregador uma só matéria”, refere-se à unidade do texto, de início, meio e fim com base na unidade do assunto abordado.



46. Considere as frases abaixo.

- I. O argumento indutivo deve considerar a possibilidade de relativização, sobretudo em questões relacionadas a ética e direitos humanos, cuja generalização pode facilmente recair em problemas de coerência.
- II. Como formas canônicas de raciocínio, tanto a indução como a dedução são válidas e incontestes, desde que resultantes de premissas aceitas pela maioria, uma vez que todo pensamento parte de uma generalização.
- III. Ainda que muito usados, processos de raciocínio como a dedução carecem de relevância no contexto ideológico atual, em que até mesmo na redação de uma lei devem prevalecer determinações particulares.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

47. O sofisma, enquanto raciocínio carecente de lógica,

- (A) visa ao convencimento, como o entimema retórico, mas é deliberadamente fraudulento, sendo uma de suas espécies mais conhecidas o argumento *ad hominem*, que apela para questões relacionadas ao enunciador para desqualificar seu discurso.
- (B) é semelhante ao entimema retórico, pois também busca persuadir mediante o uso da linguagem balizado pela ética, fazendo-se necessário quando há incerteza a respeito dos argumentos do adversário.
- (C) presta-se sobremaneira a incentivar o debate de ideias, em particular o gênero nomeado como “petição de princípio”, que faz com que os altercadores tenham de retornar às bases de sua argumentação.
- (D) caracteriza-se sobretudo pela eficácia de seu resultado, o convencimento, semelhante ao entimema retórico, ao passo que sua relação com a verdade o aproxima do silogismo filosófico.
- (E) é facilmente reconhecível, pois, ademais de ser um argumento falso, não se preocupa com a persuasão, diferentemente do entimema retórico ou mesmo do silogismo filosófico.

48. Entre as definições mais conhecidas, para Aristóteles a retórica é a arte de persuadir, procurando nos argumentos o que concorra para tal finalidade, ao passo que, para Quintiliano, já com o nome de eloquência, trata-se da arte de bem falar, compreendendo aí não apenas a eficácia (em comparação à gramática, que é a arte de falar corretamente), mas ainda o bem enquanto virtude do orador.

Levando em consideração as duas definições acima, um dos recursos que pode ser usado para que se obtenha um discurso adequado é

- (A) o elogio daqueles em cujas mãos está a tomada de decisão a respeito da causa pleiteada, para além da demonstração de idoneidade do caráter de quem discursa.
- (B) a demonstração de que os argumentos do oponente contradizem suas ações pretéritas, de modo a garantir sua perda de credibilidade.
- (C) o uso de lances patéticos de maneira equilibrada durante o discurso, a incrementar sua expressividade, sobretudo quando se carece de argumentos plausíveis.
- (D) a refutação lógica dos argumentos do oponente, demonstrando-lhe que o que se pretende é justo e, ademais, vantajoso também para ele.
- (E) o uso de linguagem elevada, como modo de denotar o conhecimento que embasa o discurso e, por decorrência, a natureza de quem o profere, de modo a agregar confiança ao que é dito.

49. Em um discurso, a linguagem em conjunto com o tema devem concorrer para a finalidade pretendida. A relação entre esses dois domínios do texto recebe o nome de decoro, do latim *decorum*, que significa “adequação”. Foi assim da Antiguidade ao século XVIII, antes que românticos passassem a atribuir ao estilo do indivíduo uma importância capital. Desse modo, é correto afirmar:

- (A) Para a eficácia de um discurso, atualmente, é necessário que se privilegie a imagem de quem o profere, pois o caráter do orador é condição de eficácia e importante para que se obtenha a confiança da audiência.
- (B) Ao se discursar, deve-se usar linguagem apropriada ao assunto: se elevado, vocabulário e construções sintáticas correspondentes; se baixo, linguagem semelhante, que reforce e torne mais visível a questão tratada, o que corrobora a finalidade pretendida.
- (C) A linguagem de um discurso deve levar em consideração não apenas o assunto, mas sua audiência, de modo que, por exemplo, se direcionado a pessoas de baixa escolaridade, adote vocabulário e sintaxe que tornem eficiente a comunicação.
- (D) Tanto a linguagem como a abordagem de um discurso devem variar de acordo com a audiência: devem-se adotar argumentos e estilo que corroborem a opinião do público visado.
- (E) Independentemente das circunstâncias em que é produzido um discurso, sua linguagem deve adotar um tom formal e elevado, buscando não apenas enunciar as questões em pauta, como garantir a admiração e respeito por parte da audiência.



50. Como forma de garantir a coesão e a clareza, o período que ilustra o uso adequado de anafóricos encontra-se em:
- (A) Cícero tornou-se conhecido como o grande orador da Antiguidade, ao lado de Demóstenes, que tiveram um fim semelhante: um termina por suicidar-se, outro é executado, tendo sua cabeça exibida em pleno foro.
 - (B) A retórica, entre os romanos, recebeu duas outras denominações, eloquência e oratória: aquela, a conferir especial atenção à linguagem (*elocutio* em latim); esta, a destacar a noção de discurso (*oratio*) em sua integralidade.
 - (C) Com o Renascimento, a Antiguidade tem seu valor restabelecido, ainda que a retórica não venha a servir a uma democracia ou a uma república, como aqui, mas nem por isso, de caráter religioso, é lá menos vigorosa, como o atestam os discursos de Vieira.
 - (D) Um dos objetivos da retomada do estudo da retórica no século XX é a compreensão de discursos demagógicos, a qual perpassa todo o século; no Brasil, é exemplo disto o estudo de Haqaira Osakabe sobre o discurso de Getúlio Vargas.
 - (E) Desde que se firma como disciplina e é ensinada nas escolas, a retórica, na Antiguidade se caracteriza como tal, servindo de modelo para o desenvolvimento da mesma no Renascimento.

51. Considere o poema abaixo de João Cabral de Melo Neto:

Lendo provas de um poema

*Com Rubem Braga, certa vez,
lia em provas "Dois parlamentos".
Na manhã ipanema e verão,
em volta do alto apartamento,
sem que carniça houvesse perto,
sem explicação, todo um elenco
de urubus se pôs a rondar
a cobertura, em voos pensos:
como se farejassem a morte
no texto que estávamos lendo
e se a inodora morte escrita
não fosse esconjuro mas treno.*

(MELO NETO, João Cabral. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.73)

É correto afirmar que

- (A) em "morte escrita" pode-se apontar o uso de uma prosopopeia que colabora para a intensidade do efeito dramático do poema.
- (B) os vocábulos "morte" e "treno" criam, em parte, a justificativa da presença dos urubus, pela sugestão de um cortejo fúnebre.
- (C) Em *como se farejassem a morte* é utilizada forma verbal que aponta ação certa, a ser desenvolvida no futuro próximo.
- (D) o poema é essencialmente metalinguístico na medida em que expõe seu próprio processo de construção, explicitando os recursos que utiliza.
- (E) em relação ao léxico, pode-se alterar a palavra "treno", por "treino", sem perda de sentido, optando-se por uma variedade linguística mais corrente.



52. Considere o texto abaixo, de Ricardo Ramos, publicado em *Circuito Fechado* (1972):

Circuito Fechado 1

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço, relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. Mesa, cadeiras, xícara e pires, prato, bule, talheres, guardanapo. [...] Mictório, pia, água. Táxi. Mesa, toalha, cadeiras, copos, pratos, talheres, garrafa, guardanapo, xícara. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Escova de dentes, pasta, água. Mesa e poltrona, papéis, telefone, revista, copo de papel, cigarro, fósforo, telefone interno, externo, papéis, prova de anúncio, caneta e papel, relógio, papel, pasta, cigarro, fósforo, papel e caneta, telefone, caneta e papel, telefone, papéis, folheto, xícara, jornal, cigarro, fósforo, papel e caneta. Carro. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Paletó, gravata. Poltrona, copo, revista. Quadros. Mesa, cadeiras, pratos, talheres, copos, guardanapos. Xícaras. Cigarro e fósforo. Poltrona, livro. Cigarro e fósforo. Televisor, poltrona. Cigarro e fósforo. Abotoaduras, camisa, sapatos, meias, calça, cueca, pijama, chinelos. Vaso, descarga, pia, água, escova, creme dental, espuma, água. Chinelos. Coberta, cama, travesseiro.

(RAMOS, Ricardo. Circuito fechado. In: LADEIRA, Julieta de Godoy (org.). **Contos brasileiros contemporâneos**. São Paulo: Moderna 1994)

Depreende-se do conto *Circuito Fechado* que

- (A) o encadeamento das ações atende a um critério fortuito, mitigando a ideia de submissão do homem à imperatividade do tempo.
- (B) visa, por meio do uso de apenas uma classe morfológica, revelar aspectos do cotidiano de um homem comum e suas epifanias.
- (C) a ausência de verbos de ação reflete a inércia do personagem, preso em um cenário doméstico, imbuído de afetividade.
- (D) é construído predominantemente por substantivos de forma iterativa, o que pode sugerir o nexo entre circularidade e fechamento explicitado no título.
- (E) em *Abotoaduras, camisa, sapatos, meias, calça, cueca, pijama, chinelos* [...] encontra-se o uso estilístico da gradação decrescente.

53. Considere o texto abaixo.

A viola pode ter mais dificuldade em se libertar de sua linguagem natural não apenas pelo preconceito que ainda persiste, mas por uma própria história sempre muito representativa na chamada música caipira. Vilela lembra que, ao contrário do violão, que puxou linhagens a partir de referências eruditas e populares, como Francisco Tárrega, Andrés Segovia, Baden Powell ou Yamandú Costa, a viola “não tem uma escola definida”, não se academizou e pouco foi objeto de peças clássicas escritas especialmente para ela. O que poderia se tornar sua produção menor se reverte em liberdade. “Sobretudo os mais jovens estão trazendo uma gama de informações surpreendentes”, diz Vilela.

(MARIA, Julio. **A moda da liberdade**. O Estado de São Paulo, Caderno 2, C6, 29 de junho de 2018)

É correto afirmar:

- (A) Trata-se de texto informativo e argumentativo que visa, por meio de exemplos e pontos de vista, estabelecer ideias.
- (B) O caráter injuntivo do texto é corroborado pela menção a autoridades musicais.
- (C) O texto mescla objetividade e subjetividade, notadamente no que se refere aos usos contemporâneos da viola caipira.
- (D) Por se tratar de um texto apologético, o uso de argumentos de autoridade torna-se um procedimento comum.
- (E) O texto explora enunciados em que predomina a denotação, evidenciando seu caráter literário.



Atenção: Para responder às questões de números 54 e 55, considere o texto abaixo.

Sr. Presidente, eu queria deixar como lido o meu pronunciamento intitulado “Não é hora de aumentar tarifas, e sim de melhorar a qualidade dos transportes públicos”, em que nós fazemos uma análise do que está para acontecer: um novo aumento das tarifas em várias cidades de São Paulo, articulado com o Governo do Estado, o Metrô e a CPTM. As tarifas vão a R\$ 3,40 ou R\$ 3,50. Lembro que o movimento de 2013 partiu daí para incendiar o País.

Nós queremos dizer que, na verdade, essa é uma linha para dar prioridade ao transporte individual, não ao coletivo. Inclusive, há 2 dados importantes: a redução do IPI e o subsídio da gasolina. Foram destinados R\$ 20 bilhões para esse setor. O BNDES também recebeu R\$ 32 bilhões, enquanto os setores de mobilidade urbana não receberam nem metade disso.

Por isso, nós estamos colocando aqui a necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de aprovarmos o projeto de lei de minha autoria, já aprovado por esta Casa por unanimidade, que propõe a transparência total das planilhas de custo das tarifas de ônibus, que está lá no Senado Federal para ser votado há quase 1 ano. Na verdade, há um Senador que é dono de empresa de ônibus e que pede vista todas as vezes que o projeto vai para o plenário do Senado.

Nós estamos entendendo que 64% da população quer maior atenção à questão do transporte coletivo de massa; 71%, conforme pesquisa realizada nacionalmente, deixariam de usar o carro se houvesse um transporte coletivo de massa decente; e 41%, Sr. Presidente, já são a favor da chamada tarifa zero, ou seja, do direito ao transporte e à livre circulação dos cidadãos.

Muito obrigado.

(Disponível em: <http://www.camara.leg.br/>. Acesso em 02/07/2018)

54. A partir da leitura do texto acima, infere-se:

- (A) O uso da função fática, principalmente no trecho: “O BNDES também recebeu R\$32 bilhões (...)”.
- (B) A função referencial é explicitada na passagem: “Por isso, nós estamos colocando aqui a necessidade (...)”.
- (C) A ênfase na mensagem utilizada, marcada pela fundamentação dos argumentos em várias informações numéricas.
- (D) O predomínio da linguagem conativa, instaurada por apelos ao bom senso e à razoabilidade dos parlamentares.
- (E) A função expressiva, marcada pelo uso da primeira pessoa e pela indignação no eventual aumento das tarifas.

55. O texto

- (A) é predominantemente denotativo, porém faz uso pontual de conotação no fim do 1º parágrafo para intensificar uma ideia.
- (B) apela para a emotividade como principal recurso para garantir o encadeamento das ideias.
- (C) consegue, devido ao seu caráter impessoal, abranger grupos diversos, pois as reivindicações afetam todos os cidadãos.
- (D) modaliza o uso da norma culta no sentido de extrair efeitos de convencimento pela sua simplicidade.
- (E) vale-se, quanto ao léxico, de variantes regionais para cooptar maior adesão à causa debatida.



Atenção: Para responder às questões de números 56 e 57, considere o texto abaixo.

O mundo moderno está em crise (os mundos do passado tiveram suas crises; é a nossa perspectiva presente). É truísmo, esse, inarredável. E o sentem os que veem a crise como um mal de cujo ventre irromperá monstros, como o sentem os que a veem como um bem de cujo cerne nascerá algo como a Utopia. Isso é dito pelo poeta em mais de um lugar da Obra, que é perpassada por toda essa crise. Veja-se na sua transposição simbólica de um João-ninguém ou João-todo-o-mundo.

(Adaptado de: HOUAISS, Antônio. *Drummond*. In: Drummond mais seis poetas e um problema. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 35)

56. De acordo com o texto,

- (A) a Obra do poeta atravessa a crise de modo a criar uma transposição simbólica.
- (B) a crise é um truísmo que não pode ser depreendido, já que inarredável.
- (C) a crise referida no texto pode ser relativizada de acordo com o ponto de vista.
- (D) do cerne da crise nascerá a Utopia, eis a perspectiva inarredável do poeta.
- (E) a Utopia e a Obra são componentes da tradução simbólica da crise moderna.

57. No texto, há um vício de linguagem identificado como:

- (A) Vulgarismo em: “João-todo-o-mundo”.
- (B) Arcaísmo em: “É truísmo, esse, inarredável”.
- (C) Solecismo em: “os que veem a crise como um mal de cujo ventre irromperá monstros”.
- (D) Neologismo em: “João-ninguém”.
- (E) Clichê em: “como um bem de cujo cerne nascerá algo como a Utopia”.

Atenção: Para responder às questões de números 58 e 59, considere o texto abaixo.

Tive a sorte, entre muitas, de me criar onde a conversação era cravejada de particularidades tão fascinantes quanto ininteligíveis ultramuros. Exemplo? Palanfrão, esquisitice de uso exclusivo, que eu saiba, da família do meu pai, constituída por dois cariocas radicados em Belo Horizonte (quase digo radicalizados, pois a cidade tinha apenas 9 anos de fundação).

Cheguei a pensar que se tratasse de carioquismo perdido nas Gerais. Por mais que procure entre nativos do Rio de Janeiro, porém, ainda não encontrei quem saiba me dizer o que seja palanfrão, esse quase palavrão que na casa da vovó Dora e do vovó Hugo designava assadeira, ou, em Minas, tabuleiro desses de assar pão de queijo. O vocábulo mais próximo a que me levaram os dicionários é palanfrório, “conjunto de palavras ou conversa desconexa, sem importância; bolodório”, e, em outra acepção, “verbosidade ardilosa”.

(WERNECK, Humberto. **Gasguitos na gagosa**. In: O Estado de São Paulo, Caderno 2, C6, 10 de julho de 2018)

58. Sobre o texto, é correto afirmar:

- (A) Por se tratar de um texto em prosa, o paralelismo sonoro é preterido como recurso expressivo e plástico.
- (B) Busca, para criar efeitos irônicos e jocosos, o uso da onomatopeia, como em “verbosidade ardilosa”.
- (C) O aspecto sonoro é articulado de forma circunstancial, sem a pretensão de estabelecer efeitos estilísticos.
- (D) Faz uso de paronomásias que ampliam o seu sentido lúdico, colaborando para instaurar certa comicidade.
- (E) As assonâncias são desprezadas, já que esses recursos são predominantemente utilizados em textos poéticos.

59. O texto possui caráter

- (A) exortativo, com comandos específicos sobre léxicos regionais.
- (B) informativo, com pretensão de veicular dados e divulgá-los.
- (C) opinativo, ao demarcar usos da linguagem relacionados a lugares diversos.
- (D) narrativo, em que se compartilham experiências passadas.
- (E) dissertativo, que recolhe exemplos da vida pessoal do autor.



60. Considere o texto abaixo

“Não darei um passo, uma afirmação, sem ouvir, antes, a diretoria e este plenário. A opinião pessoal de quem ocupa temporariamente esta presidência não pode ser confundida com a opinião do Conselho Federal. Esta é aquela decidida e deliberada pelo plenário. O presidente vai expressar a opinião da advocacia brasileira. [...]

Devemos procurar a verdade, devemos buscá-la sempre, mas com a sabedoria de que a verdade absoluta jamais é alcançada e, portanto, é do debate que surgem as melhores definições e caminhos. Quando se participa do debate com alma aberta e espírito livre é que se avança. O debate não corrói, não ofende e não diminui. O debate engrandece, constrói, conquista e inclui. [...]

Convoco as senhoras e senhores, conselheiros federais de todas as bancadas, a participar desta bela página da história de nossa entidade, que ora se inicia. Continuando a tradição de belas páginas anteriores. Participem! Integrem! Compartilhem! Sintam-se diretores do Conselho Federal.

Muito obrigado.”

(Disponível em: <http://www.camara.leg.br/>. Acesso em 13/07/2018)

Considere as proposições abaixo sobre o texto:

- I. O uso da primeira pessoa confere maior expressividade e emotividade ao discurso.
- II. O uso da conotação é ausente no texto, já que discursos como esse primam pela objetividade.
- III. Ao final, o texto faz um chamamento como estratégia de convencimento do leitor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

61. *A ascensão do Nacional-socialismo (Nazismo) (1919-1933) foi possível graças à conjugação dos defeitos da política alemã, desde os primórdios do século XIX, com as raízes fatídicas e a história repleta de crises da República de Weimar. A democracia de 1918 foi considerada responsável pelas consequências da derrota na Primeira Guerra Mundial. O novo Governo se tornou o bode expiatório e o objeto do ódio das forças da restauração e da reação no Estado e na sociedade, bem como nos movimentos revolucionários ditatoriais reunidos nos belicosos Freikorps, em seitas populares antisemitas e em organizações paramilitares. O “espantalho vermelho” da revolução comunista completou a tarefa de tornar exército e burocracia, classe média e patrões, fácil conquista de tais sentimentos.*

(Adaptado de: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Nacional-Socialismo**. Dicionário de Política v.2, Brasília: Universidade de Brasília, 12.ed., 2004, p. 809)

A vigilância e o terror de Estado, uma ideologia oficial abrangendo Estado, Indivíduo e Sociedade, a concentração dos meios de propaganda, dos meios militares, o controle central e a direção de toda a economia, permitem caracterizar o regime nazista como

- (A) antidemocrático.
- (B) totalitário.
- (C) ditatorial.
- (D) autoritário.
- (E) militarista.

62. *O Estado de Direito se caracteriza pela divisão dos poderes, atribuições específicas distribuídas entre órgãos do Estado. Graças a essa divisão, com os poderes limitando uns aos outros, o governo fundado na lei, ou seja, a liberdade, torna-se possível. As três ordens de poderes são: o parlamento (o legislativo), que faz as leis; o executivo, que aplica as leis, executando as normas estabelecidas pelo legislativo e o judiciário, que as aplica exercendo sua função de resolver conflitos entre os componentes da sociedade e entre estes e o Estado. No entanto, essa separação não pode ser considerada uma prática rígida, pois na conformação do Estado contemporâneo o princípio da interdependência e o controle mútuo levam a práticas que relativizam a divisão ou separação dos poderes.*

(Adaptado de: MOSCA, G. e BOUTHOU, G. **História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade**. Zahar Editores, 1962, cap. XXIX, pp 200-204)

São exemplos de aplicação do princípio da interdependência e de controle mútuo entre os poderes:

- (A) a fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Legislativo, a nomeação de juízes de instâncias intermediárias pelo Poder Executivo e a possibilidade de processar membros do Executivo e do Legislativo nas Instâncias Inferiores do Judiciário.
- (B) o uso de decretos legislativos pelo Poder Executivo, aprovados ou não pelo parlamento, a aprovação ou rejeição de contas do Poder Executivo (ouvidos órgãos de controle) e o poder do Judiciário de fixar o próprio orçamento.
- (C) a interferência mútua por meio de poderes, de veto do Executivo a Leis, fiscalização do Legislativo em relação ao cumprimento das Leis pelo Executivo e o poder do Judiciário de declarar inconstitucionais Leis feitas pelo Legislativo.
- (D) a definição de competências para instâncias do Judiciário pelo Legislativo, o poder do Executivo de instaurar o processo constituinte, a fixação de prazos para apresentação de relatórios de gestão do executivo pelo Judiciário.
- (E) a realização e controle do processo eleitoral pelo Judiciário, a instauração de processo de destituição de Ministros do Judiciário, o poder de veto de atos do Executivo pelo Legislativo, após processo formal instaurado no Parlamento.

63. *O Estado, como realidade política, é o que, além de seus elementos constitutivos, população, território e governo, dispõe do monopólio da coerção legal, ou seja, a capacidade de impor, pela força, se necessário, suas decisões a quantos vivem em seu território.*

(Adaptado de: NOGUEIRA, Octaciano. **Estado, Vocabulário da Política**. Brasília: Edições Unilegis de Ciência Política. v. V, 2010, pp. 157-158)

O texto acima remete ao pensamento sobre o Estado de

- (A) Max Weber.
- (B) Thomas Hobbes.
- (C) Jean-Jacques Rousseau.
- (D) Nicolau Maquiavel.
- (E) Cardeal Mazarino.

64. *A política não é necessária, em absoluto – seja no sentido de uma necessidade imperiosa da natureza humana como a fome ou o amor, seja no sentido de uma instituição indispensável do convívio humano. Aliás, ela só começa onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física. Como tal, a coisa política existiu sempre e em toda parte tão pouco que, falando em termos históricos, apenas poucas grandes épocas a conheceram e realizaram. Esses poucos e grandes acasos felizes da História são, porém, decisivos; é só neles que se manifesta de cheio o sentido da política e, na verdade, tanto o bem quanto a desgraça da coisa política. Com isso, eles tornam-se determinantes, mas não a ponto de poder ser copiadas as formas de organização que lhes são inerentes, e sim porque certas ideias e conceitos que se tornaram plena realidade para um curto período de tempo, também co-determinem as épocas para as quais seja negada uma experiência plena com a coisa política.*

(Adaptado de: ARENDT, Hannah. **O que é Política? – fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz**. Tradução de Reinaldo Guarany, 11.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, pp. 50-51)

O texto acima é classificado como parte de uma obra de

- (A) Ciência Política.
- (B) História Política.
- (C) Análise Política.
- (D) Filosofia Política.
- (E) Sociologia Política.



65. *Estado em que há vários governos regionais e um central, no qual ambos têm poderes quanto a questões específicas. Esses poderes encontram-se, quase invariavelmente, incorporados numa Constituição escrita, que enuncia as questões da alçada dos governos regionais e as da alçada do governo central, bem como os métodos pelos quais devem ser solucionados os conflitos entre os dois (quase sempre processo de revisão judicial). Ambos os níveis de governo possuem, em geral, poderes para tributar e para fazer executar as leis, e ambos [...] são eleitos diretamente pelo povo. [...]*

(Adaptado de: ROBERTS, Geoffrey K. Federação. In: **Dicionário de Análise Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1972, p. 99)

Em termos de formas de Estado, o texto acima refere-se a uma

- (A) forma de governo republicano.
- (B) federação.
- (C) monarquia parlamentarista.
- (D) República descentralizada.
- (E) confederação.

66. *A crise internacional do capitalismo, ainda em curso, provocada pela irresponsabilidade do sistema financeiro norte-americano, submergiu a economia internacional e, como desastre, representa o segundo grande marco da vitória histórica dos sistemas de interesse. O primeiro, a Queda do Muro de Berlim, ruiu como monumento às avessas, celebrando o fracasso da ousada tentativa de construir uma sociedade assentada sobre a solidariedade. Sem inovações institucionais [...] a futura nova sociedade serviu-se do abastardamento das instituições políticas predominantes nas democracias capitalistas, partidos e eleições, para ao final desvirtuar-se economicamente na contrafação do mercado negro, e politicamente na centralização e corrupção burocráticas. [...] Antes, na sequência da crise mundial de 1929, também originada nos Estados Unidos, deu-se o início de políticas sociais mais sistemáticas e consistentes, lá e na Europa. [...] O desastre iniciado em 2007, ao contrário, ocasionou o desmanche mundial da rede de proteção construída no último meio século. O medo do socialismo [...] havia desaparecido. [...] O socialismo não se manteve como opção realista ao capitalismo contemporâneo, e o mundo presencia, pela primeira vez a sério, um capitalismo sem competidores.*

(Adaptado de: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, pp 129-130)

Nesse texto, é caracterizada uma análise

- (A) do Estado sob o capitalismo.
- (B) da crise do Estado de bem-estar social.
- (C) do Estado contemporâneo.
- (D) dos limites do Estado de Direito.
- (E) da sociedade e do Estado no século XXI.

67. *Não existe, talvez, nenhum chefe de partido que não pense e não aja e, se tiver temperamento forte e caráter leal, que não se expresse como, digamos, o Rei Sol: “**Le parti, c’est moi**” (o partido sou eu). O burocrata identifica-se completamente com a organização e confunde seus interesses com os interesses dela. Considera como ofensa pessoal toda censura objetiva endereçada ao partido por quem quer que seja. [...] Mas se alguns chefes agem dessa forma por cálculo, é justo reconhecer que, para outros, a identificação de sua própria pessoa com o partido decorre de um fanatismo cego ou de profunda e cega convicção. [...] O despotismo dos chefes não deriva apenas de um vulgar amor ao poder e de um egoísmo imoderado, mas também da consciência de seu próprio valor e dos serviços prestados à causa comum. A burocracia mais fiel aos seus deveres e mais competente será também a mais autoritária.*

(Adaptado de: MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. (Trad. de Hamilton Trevisan). São Paulo: Senzala, s/d. pp 130-131)

Um líder político que pode ter um perfil caricatural a partir dos traços acima delineados é:

- (A) Richard Nixon (ex-Presidente norte-americano).
- (B) Leonel Brizola (político nacionalista, fundador do PDT - Partido Democrático Trabalhista).
- (C) Getúlio Vargas (ditador, Presidente do Brasil, fundador do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro).
- (D) Fidel Castro (Presidente de Cuba por 49 anos, estrategista e líder revolucionário).
- (E) Winston Churchill (político conservador, primeiro-ministro e escritor britânico laureado com o Prêmio Nobel).



68. *A Constituição de 1891 definiu as bases institucionais do novo regime – presidencialismo, federalismo e sistema bicameral [...] A proposta federalista, por sua vez organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal, e jogava por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional. A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário [...].*

(Adaptado de: SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 319-320)

No modelo americano, o federalismo surgiu da passagem de um Estado Composto Confederado para um Estado Simples Federal (as 13 ex-colônias britânicas eram estados soberanos que abriram mão de sua soberania para a criação de um Estado Nacional). A experiência brasileira de federalismo é marcada pela passagem da concentração de poderes representada pelo Estado Simples Unitário (a Monarquia Imperial) para a descentralização do poder nos estados (unidades federativas) que foram criados após a mudança de regime (de Monarquia para República).

As diferenças entre as experiências de federalismo americana e brasileira permitem dizer que

- (A) nos EUA uma confederação se dissolveu para dar lugar a um Estado Federal (federalismo por agregação).
 - (B) no Brasil um Estado unitário, centralizado, foi desmembrado, dando lugar a um Estado descentralizado (federalismo por decantação).
 - (C) nos EUA uma confederação se dissolveu para dar lugar a um Estado Federal (modelo centrífugo).
 - (D) no Brasil um Estado unitário, centralizado, foi desmembrado, dando lugar a um Estado descentralizado (modelo centrípeto).
 - (E) no Brasil o modelo americano foi reinterpretado de forma a garantir a criação de um Estado federal semelhante ao dos EUA.
69. *Para definir o Estado contemporâneo é preciso enfrentar inúmeras questões que envolvem uma análise exaustiva das relações que se criaram entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo captando os efeitos dessas mudanças sobre o sistema político. Compreender o desenvolvimento do Estado contemporâneo é desenvolver uma análise que leve em conta as dificuldades de coexistência das formas do Estado de Direito com os conteúdos do Estado Social. A “questão social”, surgida como efeito da Revolução Industrial, representou o fim de uma concepção orgânica da sociedade e do Estado. Os desdobramentos da questão social não permitiram que a unidade da formação econômico-política pudesse ser assegurada pelo desenvolvimento autônomo da sociedade. Impôs-se a necessidade de uma tecnologia social que determinasse as causas das divisões sociais e tratasse de lhes remediar, mediante adequadas intervenções de reforma social.*

(Adaptado de: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Pasquino. **Estado Contemporâneo**, Dicionário de Política (v. 1), Brasília: Universidade de Brasília, 12. ed. 2004, p. 401 e de NOGUEIRA, Octaciano. Estado de bem-estar social, Vocabulário da Política, Brasília: Edições Unilegis de Ciência Política, v. v, 2010, p. 158)

Dentre os benefícios que devem estar assegurados aos cidadãos num Estado Social, destaca-se:

- (A) o crédito subsidiado.
 - (B) a estabilidade econômica.
 - (C) a proteção das liberdades individuais.
 - (D) o princípio da isonomia.
 - (E) a proteção contra o desemprego.
70. *O Contrato Social é inspirado pela paixão da unidade. Unidade de corpo social, subordinação dos interesses particulares à vontade geral, soberania absoluta e indissolúvel da vontade geral, reino da virtude numa nação de cidadãos. [...] Pelo pacto social, segundo Rousseau, cada indivíduo une-se a todos. O contrato é feito com a comunidade. [...] O soberano por nada está obrigado, mas, segundo a teoria de Rousseau, não pode ter interesse contrário aos particulares que o compõem. O soberano é portanto essa vontade geral que é a vontade da comunidade e não dos membros que constituem essa comunidade. [...] O soberano é [...] a vontade geral, de que a lei é a expressão: “A vontade do soberano é o próprio soberano. O soberano quer o interesse geral e, por definição, só pode querer o interesse geral”.*

(Adaptado de: TOUCHARD, Jean (dirigida por) – O “Contrato Social” e O Soberano. In: **História das Ideias Políticas**, quarto volume, Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, pp. 90-92)

Além de absoluta e indissolúvel, a Soberania para Rousseau possui mais duas características:

- (A) ser efêmera e ser impessoal.
- (B) ser seletiva e ser pactuada.
- (C) ser livre e ser a proteção da liberdade.
- (D) ser um dom e ser um atributo.
- (E) ser inalienável e ser infalível.



71. Sócrates é um dos personagens mais conhecidos e influentes do pensamento ocidental. Embora não tenha deixado nada escrito, suas ideias foram redigidas por um de seus discípulos, Platão, que lhe atribui a seguinte máxima: “a única coisa que sei é que nada sei”. Com essa máxima, Sócrates expressa que o caminho do conhecimento
- (A) é impossível e todo o saber possível é uma ilusão.
 - (B) depende da experiência e não de proposições teóricas.
 - (C) desconsidera a opinião sobre assunto que se ignora.
 - (D) pressupõe dar opinião sobre assunto que se ignora.
 - (E) é limitado porque a razão humana não pode saber tudo.
-
72. Uma das sentenças mais conhecidas da história da filosofia foi formulada pelo filósofo francês René Descartes: “*Penso, logo existo*”. Para chegar a essa sentença, Descartes põe em dúvida o conhecimento da realidade. Mas, com essa sentença, ele garante que
- (A) o ser que existe tem existência anterior ao ato de pensar, pois o pensamento só é possível num ser que existe.
 - (B) pensar é ter certeza de que a realidade pensada é verdadeira, porque pensar implica não pôr em dúvida a existência da realidade.
 - (C) o ser que duvida se mantém no caminho da dúvida indefinidamente, pois o ato de pensar põe em dúvida a existência.
 - (D) o limite da dúvida é pôr em dúvida tudo que existe, mas ao pôr tudo que existe em dúvida não se pode duvidar do próprio ato de pensar.
 - (E) o limite do pensamento é admitir não haver conexão entre pensamento e realidade, já que só existe realidade no próprio ato de pensar.
-
73. O existencialismo é um dos movimentos filosóficos mais importantes da modernidade. E o tema da liberdade humana é uma das questões centrais tratadas pelos filósofos existencialistas. Sobre a liberdade, o filósofo francês Jean-Paul Sartre sustenta que “o homem está condenado a ser livre”. Assim sendo, para Sartre
- (A) a ideia de liberdade nas ações humanas é ilusória, já que toda ação humana está condenada.
 - (B) toda ação humana é livre, porque estamos fadados a ser os únicos responsáveis por aquilo que somos.
 - (C) a liberdade possível para as ações humanas depende das circunstâncias da existência, não de escolha livre.
 - (D) qualquer ação humana tem sua escolha determinada pelas convenções sociais, e assim não há escolha livre.
 - (E) a liberdade de escolha nas ações humanas é relativa e cada um tem seu próprio conceito de liberdade.
-
74. Democracia é uma forma de governo que nasceu na Grécia antiga. Para os gregos, os interesses dos cidadãos e da cidade eram decididos em assembleia em praça pública. Os cidadãos eram convocados para votar quando havia um assunto que fosse de interesse comum. Com isso, os gregos exerciam um tipo de democracia na qual
- (A) todos os cidadãos votavam em um grupo seletivo previamente indicado que dava a palavra final sobre temas específicos.
 - (B) o conjunto dos cidadãos convocados a votar variava conforme a gravidade do assunto e os interesses em disputa.
 - (C) os eleitores podiam recorrer da decisão quando era realizada a votação de um assunto de interesse comum.
 - (D) eram considerados cidadãos todos os homens que viviam na cidade, e excluídas da cidadania todas as mulheres.
 - (E) todos os cidadãos tinham participação direta em todas as decisões que fossem de interesse comum.
-
75. Um dos conceitos fundamentais na análise do capitalismo feita por Karl Marx é o de materialismo dialético. Com o materialismo dialético, Marx expressa que o movimento da história ocorre tendo por base o antagonismo entre duas classes:
- (A) a nobreza, que vive de privilégios, e os plebeus, que constituem o restante da sociedade.
 - (B) os grandes latifundiários, que detém o poder político, e os escravos, que eram suas propriedades.
 - (C) os senhores feudais durante a Idade Média, e os vassallos, que lhes devem lealdade.
 - (D) a burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho.
 - (E) os ricos, que acumulam dinheiro com a exploração capitalista, e os servos, que servem a seus caprichos.
-
76. Para o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, o homem é bom, livre e feliz no estado de natureza. Os vícios e a corrupção resultam da vida em sociedade. É na sociedade que os homens adquirem sentimento de inveja, cobiça e ódio entre seus semelhantes. Para que o homem viva conforme sua natureza boa, livre e feliz, Rousseau defende
- (A) a ruptura radical com os vícios da vida em sociedade e o retorno definitivo à vida em contato com a natureza.
 - (B) uma educação em contato com a natureza para que na infância o homem não seja contaminado pelos vícios da sociedade.
 - (C) uma revolução que ponha fim às instituições criadas pelo homem em sociedade e a adoção de um modo de vida anarquista.
 - (D) a adequação aos bons costumes da vida em sociedade, pois é impossível o retorno definitivo à natureza.
 - (E) que cada indivíduo busque ser bom na vida social ao controlar seus instintos maldosos, pois assim alcançará a felicidade.



77. O Distrito Federal encontra-se no Planalto Central. A esta localização somam-se outras características naturais, tais como:
- (A) A existência de diferentes biomas que se adaptam aos solos, muitos dos quais lateríticos; clima tropical semiúmido com pluviosidade média anual entre 700 e 900 mm, fortemente influenciado pelas massas de ar Tropical Atlântica e Continental; presença de rios pertencentes às bacias hidrográficas do Paraná e Tocantins-Araguaia (como o rio Preto).
 - (B) A presença de campos limpos e cerrados com forte degradação; clima tropical úmido sem estação seca e forte influência de massas de ar tropicais continentais responsáveis pelas fracas amplitudes térmicas anuais; presença de rios pertencentes às bacias do Tocantins e São Francisco (como o rio Maranhão).
 - (C) O predomínio da vegetação de cerrado; presença de rios pertencentes a importantes bacias hidrográficas brasileiras, como o rio Descoberto (bacia do Paraná); clima tropical com chuvas concentradas no verão e forte atuação de anticiclones responsáveis por baixa umidade do ar nos meses de inverno.
 - (D) A ocorrência de altitudes variando entre 800 e 1500 metros; existência de afluentes de rios pertencentes às bacias hidrográficas do Tocantins e do São Francisco (como o rio Maranhão); clima temperado chuvoso de inverno seco que sofre periodicamente a influência da Frente Polar Atlântica nos meses de junho a setembro; a vegetação de cerrado encontra-se devastada.
 - (E) A presença de rochas cristalinas resistentes aos processos erosivos; rios que fazem parte de importantes bacias hidrográficas brasileiras, como o rio São Bartolomeu (bacia do São Francisco); vegetação de cerrado entremeado de matas galerias e ciliares em forte processo de desmatamento; clima tropical úmido com 2 a 4 meses de seca provocada pelo predomínio da massa de ar Tropical Continental.

78. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal apresenta, sob o aspecto demográfico,

- (A) proporção semelhante de crianças e adultos, baixa taxa de natalidade e de mortalidade infantil.
- (B) predomínio de população adulta, baixa taxa de fecundidade e alta expectativa de vida.
- (C) pequeno predomínio de população masculina, elevada renda *per capita* e alta taxa de mortalidade infantil.
- (D) grande proporção de atividade terciária, alta taxa de natalidade e baixa expectativa de vida.
- (E) predomínio de população jovem, alta taxa de fecundidade e elevada renda *per capita*.

79. (...) *entre o mandão de uma cidadezinha e o presidente da República, surgiu uma instância intermediária, que barganhava favores, empregos e verbas em troca de apoio político. Esse arranjo consistia no núcleo da política dos governadores que, entre 1898 e 1930, dominou a República Velha. Campos Sales, seu idealizador, é, por isso mesmo, considerado um político sagaz e de grande imaginação.*

(DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil: do descobrimento à globalização**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 305)

A denominada *política dos governadores*

- (A) desestabilizou o poder dos coronéis, principalmente no Nordeste, além de reduzir o chamado voto de cabresto e as fraudes nas eleições.
- (B) garantiu aos governos estaduais desenvolver políticas sociais e econômicas voltadas à autonomia dos grupos locais,
- (C) fortaleceu o poder Legislativo que passou a neutralizar as forças políticas hegemônicas dos estados mais ricos da federação.
- (D) representou uma estratégia de troca de apoio político entre as oligarquias estaduais e o governo central, fortalecendo o poder executivo.
- (E) promoveu o diálogo e as negociações entre grupos oligárquicos que, durante o período monárquico, promoveram sérios conflitos.

80. Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa perdeu a posição hegemônica que, historicamente, ocupava no cenário mundial. Em seu lugar surgiram duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética. Esse novo quadro internacional bipolar, gerou a chamada Guerra Fria.

Sobre este momento do pós-guerra são feitas as afirmações:

- I. A Guerra Fria consistiu em uma série de atritos em várias partes do mundo, criando-se uma situação de constantes conflitos políticos, diplomáticos e geopolíticos que, no entanto, não evoluiu para a guerra direta entre as duas superpotências.
- II. Sob a influência política, econômica e ideológica da União Soviética, em 1960, a China promoveu uma revolução radical e implantou o socialismo sob o comando de Mao Tsé-tung.
- III. Um dos fenômenos mais importantes do período foi a rápida liquidação dos antigos impérios coloniais europeus, estabelecidos na Ásia e na África com a formação de novos países, independentes, mas com economias frágeis e dependentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.